



Trabalho 2127

BREVE INCURSÃO NO CENÁRIO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO NO SUL DO BRASIL

Taimara Martins Pinheiro¹; Nalú Pereira da Costa Kerber²; Alessandra Mendes de Barros³; Vânia Bernardetti do Amaral Leivas⁴; Aline Rodrigues do Monte⁵; Jéssica Medeiros Minasi⁶.

Introdução: No Brasil, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, a quantidade total de mulheres presas é de 33.289. O Estado do Rio Grande do Sul possui 2.011 mulheres encarceradas, número que corresponde a 6,04% do total nacional. Este número cresceu cerca de 25% entre os anos de 2009 e 2011.¹ Em virtude da precariedade da assistência à saúde prestada a população carcerária, foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, através da Portaria Interministerial nº 1777 de 09 de setembro de 2003. O plano prevê inclusão da população penitenciária no Sistema Único de Saúde e tem como uma de suas diretrizes prestar assistência de saúde integral, contínua e de boa qualidade a esta população. No campo da saúde da mulher, deve ser realizado o pré-natal e a prevenção do câncer de colo uterino e de mama.² Corroborando com o plano, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher visa atingir as mulheres em todos os ciclos da vida, incluindo as presidiárias.³ Entendendo a importância de prestar assistência a mulher privada de liberdade, foi criado o Projeto de Extensão “Assistência Integral à Saúde da Mulher Privada de Liberdade”, através de uma parceria entre a Coordenação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Secretaria Municipal de Saúde do município do Rio Grande/RS e o Programa Viver Mulher, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O projeto é realizado por meio de consultas de enfermagem individuais às detentas da Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), pela enfermeira da unidade juntamente com extensionistas da Escola de Enfermagem da FURG. Este tem por objetivo prestar assistência integral à saúde da mulher, por meio da promoção da saúde e prevenção de doenças para as mulheres privadas de liberdade. Para facilitar a assistência foi elaborado um instrumento em que são registrados os dados de cada detenta, formando um banco de dados. **Objetivos:** Traçar o perfil sócio demográfico, ginecológico e obstétrico das mulheres em situação de prisão na PERG. **Descrição metodológica:** Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa do tipo documental oriundo de dados secundários das entrevistas realizadas na Penitenciária Estadual do município do Rio Grande/RS (PERG) com 68 mulheres que estavam em situação de prisão no referido local, no período de março a dezembro de 2010. Nesse período estava sendo desenvolvido o projeto de extensão por meio de consultas de enfermagem quinzenais direcionadas às mulheres que se encontravam em situação de prisão. Durante as consultas era utilizado um instrumento próprio, construído para utilização no projeto, constando dados de caracterização geral, de saúde e hábitos das mulheres atendidas. O Grupo de Pesquisa Viver Mulher elaborou um projeto de pesquisa “Diagnóstico de saúde das mulheres em situação de prisão no Presídio de Rio Grande/RS”, o qual obteve o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Área da Saúde sob o número nº 10/2013 para divulgação dos registros utilizados na ação extensionista. Os dados obtidos foram submetidos à análise descritiva. **Resultados:** Após a análise dos dados observou-se que, as mulheres em situação de prisão na PERG estavam na faixa etária entre 18 e 69 anos, com uma média de idade de 36,04 anos. Quanto à raça, 37 (54,4%)

1 Relatora. Acadêmica da sétima série do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Bolsista PET Enfermagem. Integrante do Grupo Viver Mulher. E-mail: taimaramp@gmail.com

2 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora da Escola de Enfermagem da FURG. Líder do Grupo Viver Mulher.

3 Acadêmica da nona série do curso de graduação em Enfermagem da FURG. Integrante do Grupo Viver Mulher.

4 Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde. Coordenação de Saúde da Mulher do município do Rio Grande.

5 Acadêmica da sexta série do curso de graduação em Enfermagem da FURG. Integrante do Grupo Viver Mulher.

6 Acadêmica da sétima série do curso de graduação em Enfermagem da FURG. Integrante do Grupo Viver Mulher.



Trabalho 2127

mulheres eram brancas, seguidas da raça negra com 19 (27,9%). Com relação ao estado civil, 38 detentas, o que corresponde a 55,8% do total eram solteiras, 25 (36,7%) possuíam união estável e 5 (7,3%) eram viúvas. Ao analisar a escolaridade das presidiárias, constata-se que 52 (76,4%) mulheres não completaram o nível de ensino fundamental, ou seja, possuíam menos de 9 anos de estudo. A maioria das mulheres estudadas, 52 (76,4%), estava em sua primeira detenção. Dados semelhantes foram observados em um estudo realizado em uma penitenciária feminina no estado do Ceará, em que a média de idade das mulheres era de 29,4 anos, a maioria delas era solteira e mais da metade não concluíram o ensino fundamental.⁴ Quanto ao perfil obstétrico e ginecológico das mulheres encarceradas 34 (50%) tiveram a primeira relação sexual antes dos 15 anos, 4 (5,8%) mulheres nunca gestaram, 34 (50%) tiveram entre 1 e 3 gestações e 30 (44,1%) mais de três. Observou-se que, a maioria delas, 64 (94,1%), possuíram até 3 parceiros sexuais até o momento da consulta e 45 (66,1%) não usavam preservativo. Estes dados são preocupantes, pois segundo o Ministério da Saúde, os fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino são, dentre outros, a multiparidade, a multiplicidade de parceiros sexuais, o início precoce da vida sexual e, principalmente, a infecção pelo Papiloma Vírus Humano, que pode ser adquirido por meio de contato sexual desprotegido.⁵ **Conclusão:** Ao término do estudo conclui-se que, o perfil sócio demográfico das mulheres em situação de prisão na PERG é composto por mulheres com idade média de 36,04 anos, em sua maioria brancas, solteiras, com menos de 9 anos de escolaridade e que estavam em sua primeira detenção. Com relação ao perfil obstétrico e ginecológico, a maior parte delas iniciou a vida sexual antes dos 15 anos, teve entre 1 e 3 gestações, até 3 parceiros sexuais e não usavam preservativo. Estes dados evidenciam a importância da realização de ações de educação em saúde a essas mulheres, em que devem ser trabalhados diversos temas relacionados à saúde da mulher, como Doenças Sexualmente Transmissíveis, planejamento familiar, prevenção do câncer de colo do útero e de mama, entre outros. **Contribuições/implicações para enfermagem:** A ação de extensão possibilita prestar uma assistência integral e de qualidade a saúde das mulheres em situação de prisão na PERG, que promove a melhoria da qualidade de vida e busca atender as necessidades das mesmas, respeitando ainda os direitos humanos e atendendo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para esta população. Através das ações desenvolvidas pretende-se contribuir para a redução da morbidade e da mortalidade feminina no Brasil, em especial a esta população privada de liberdade e, em algumas vezes, excluída da sociedade e privada também de seus direitos. O projeto possibilita ainda aos acadêmicos de enfermagem envolvidos, um crescimento tanto pessoal como profissional, visto que o ambiente prisional se difere dos demais campos de atuação do enfermeiro(a). E, entende-se que, ao traçar o perfil das mulheres assistidas, tem-se a possibilidade de direcionar as ações para as necessidades das mulheres, podendo adequar a assistência e desenvolver atividades que venham ao encontro dos resultados descortinados.

Descritores: Enfermagem; Saúde da Mulher; Prisões;

Eixo temático: EIXO IV - Formação em Enfermagem e as políticas sociais.

Referências

1. Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Mulheres presas – Dados gerais. Brasília: 2011.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: 2004.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes. Brasília: 2004.
4. Nicolau AIO, Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Ferreira RCN, Pinheiro, AKB. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. Acta Paul Enferm 2012; 25(3): 386-92.
5. Instituto Nacional de Câncer. Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero. Rio de Janeiro: 2010.